

# Construção imagética da África: narrativas segundo a perspectiva ocidental

Osmilde Augusto Miranda <sup>1</sup>Flávia de Almeida Moura <sup>2</sup>

## RESUMO

O presente trabalho tem como propósito apresentar diversas narrativas sobre o continente africano a partir da perspectiva dos ocidentais no que tange a questão imagética do continente. Assim sendo, buscamos entender através das mesmas narrativas, projetadas entre o período do século XV à XX, como essas imagens tiveram ou têm tido impacto nos dias de hoje. As abordagens ou narrativas construídas no passado sobre a África e o africano na diáspora, de forma estereotipada, demarcaram e marginalizaram o continente, como sendo um espaço de guerra, fome, miséria e extremo sofrimento. Portanto, percebemos que essas narrativas não foram construídas de forma isolada, porém através de relação de força entre o continente africano e outros.

**Palavras-chave:** África. Construção imagética. Ocidente.

## 1 A ÁFRICA CONTADA PELOS OUTROS

Neste artigo, abordaremos a construção imagética do continente africano a partir de diversas narrativas, desde a chegada dos ocidentais<sup>3</sup> no continente berço até os dias de hoje. Partimos do pressuposto de que toda imagem nos remete a uma imaginação, logo as imagens construídas pelos ocidentais sobre a África e os africanos sempre contribuíram no processo da construção imagética do continente. Como referenciou uma vez a escritora nigeriana Chimamanda Adichie, durante uma conferência nos Estados Unidos da América (em Fevereiro de 2013), é impossível falar sobre uma única história sem falar sobre o poder. A autora menciona a palavra *Nkali*, a qual se relaciona com as estruturas de poder do mundo. Ela significa *ser maior do que o outro*. Da mesma maneira como ocorre na economia e na política, histórias também são definidas pelo princípio do “*Nkali*”. A forma como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo envolve “*Nkali*”.

Há muito tempo que o continente africano tem sido contado por vários narradores estrangeiros. Muitos deles desconheciam totalmente a realidade local e antropológica do continente africano. Estes

---

1 Mestrando em Ciências Sociais na Universidade Federal do Maranhão e graduado em comunicação social- habilitação Jornalismo pela UFMA. E-mail: osmildemiranda@gmail.com.

2 Jornalista, mestre em Ciências Sociais e Doutora em Comunicação. Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão, pesquisadora da temática Comunicação, Direitos Humanos e Trabalho e membro do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporânea da Universidade do Rio de Janeiro (GPTEC-UFRJ). E-mail: flaviaalmeidamoura29@gmail.com.

3 Ocidentais- o termo “ocidental”, nesta situação, se refere a todos os países europeus que colonizaram os países africanos, como Portugal, França, Inglaterra, Espanha, Itália, etc.

buscaram através da escrita e da oralidade para contar histórias sobre o continente que, por sua vez, marcaram e demarcaram o continente. Assim afirma Achebe (2012, p. 84) que:

O vasto arsenal de imagens depreciativas da África que foram coletadas para defender o tráfico de escravos e, mais tarde, a colonização, deu ao mundo uma tradição literária que agora, felizmente, está extinta; mas deu também uma maneira particular de olhar (ou melhor, de não olhar) a África e os africanos que, infelizmente, perdura até os dias de hoje. Assim, apesar de os impressionantes romances “africanos”, tão populares no século XIX e início do século XX, terem rareado até praticamente acabar, a obsessão secular que revelam pelos estereótipos escabrosos e degradantes da África passou para o cinema, o jornalismo, certos ramos da antropologia e até mesmo para o humanitarismo e o trabalho missionário.

É a partir desta visão de Chinua Achebe que a nossa hipótese foi levantada e trabalhada, uma vez que a quantidade e narrativas construídas pelos ocidentais tiveram grande impacto e influenciaram na visão estereotipada<sup>4</sup> do continente nos dias atuais. De acordo com o historiador Alberto da Costa Silva (2012, p. 12), nos séculos XVII e XVIII, foi-se difundida e consolidada a ideia da África como um continente misterioso e cheio de segredos – e dela podia-se tomar por símbolo Tombuctu, cidade tida por inacessível, “[...] a ‘metrópole do ouro’ que desde os Quinhentos excitava a imaginação e a cobiça europeia”.

Silva (2012) relata também que, com a expansão do comércio transatlântico de escravos e, posteriormente, os esforços para extirpá-los, cresceu o número dos europeus que visitavam as cortes de potentados no interior, mas poucos foram além de Kamasi, na Costa do Ouro; Abomai, no antigo Daomé, ou Matamba, em Angola. Alguns deixaram relatos do que viram, ouviram, tocaram e provaram. Essas obras não tinham função prática, a não ser quando tencionavam reforçar os que defendiam a manutenção do tráfico ou fornecer argumentos aos que pregavam sua abolição.

Para Silva (2012), esse desejo de saber mais foi crescentemente servido por textos em que o africano deixava de ser visto com simpatia e até mesmo, em alguns casos, admiração. Ao contrário do que se dera nas narrativas escritas nos dois primeiros séculos de encontros, não revelam qualquer esforço para compreendê-lo. Os africanos passaram a ser descritos como preguiçosos, inconstantes, dissimulados, ladrões, gananciosos, mentirosos, violentos, rancorosos, vingativos, traiçoeiros. É notável que o ocidente sempre se preocupou com a construção da imagética da África, particularmente, Como forma de dominação e legitimação do poder:

Um dos momentos base da intervenção colonial é a formação do ‘outro’ num objeto, sobre o qual a ordem de conhecimento colonial poderia exercer o seu poder. O trabalho descritivo privilegiou a descrição que acentuava as diferenças do ‘outro’, tornando pessoas e ambientes distantes e estranhos inteligíveis a públicos ocidentais. (SANTOS; MENESES, 2009, p. 180).

O problema da construção imagética de África e dos africanos não estava ligado simplesmente à ignorância, ou seja, à não intencionalidade do ocidente, pelo contrário, a construção imagética de África é um produto que foi criado e estudado pela Europa. Foi necessário criar séquitos que pudessem alimentar essas ideologias, mas, para isso, foi necessária a formação desses séquitos que busca-

---

4 Estereótipos - consideramos neste caso, segundo Sander Gilman (1985 *apud* HALL, 2016, p. 243) os estereótipos são um conjunto de representações mentais do mundo. Eles são palimpsestos nos quais as representações bipolares iniciais ainda estão vagamente legíveis. Perpetuam o sentimento necessário de diferença entre ‘eu’ (self) e o ‘objeto’, que se torna o ‘outro’.

riam compreender para melhor elaborar leis que pudessem favorecer as relações entre as colônias e os colonizadores:

[...] esse problema de imagem não tem origem na ignorância, como às vezes somos levados a pensar. Pelo menos não apenas na ignorância, e nem mesmo principalmente na ignorância. Foi, grosso modo, uma invenção deliberada, concebida para facilitar dois gigantesco eventos históricos: o tráfico transatlântico de escravos e a colonização da África pela Europa com o segundo evento seguido de perto pelo primeiro, e os dois juntos se prolongando por quase meio milênio, desde aproximadamente 1500 d.C. (ACHEBE, 2012, p. 83).

Portanto, podemos ver que houve de fato um objetivo com as narrativas de grandes pesquisadores, filósofos, viajantes no que tange ao continente africano, e que essas narrativas contribuíram muito na construção imagética do continente africano e dos africanos nos dias hoje. Todavia, ao analisarmos a história da África, é necessário que olhemos aquilo que foi o seu passado a partir da relação com outros povos, para entendermos melhor as relações atuais. Nesta ordem de ideia, essa análise não pode ser feita de forma isolada, porém a partir do contexto histórico, político, econômico e social que se deu como um todo.

## 2 NARRATIVAS SOBRE A ÁFRICA EM DEFESA DO IMPÉRIO

A necessidade da construção de uma máquina que alimentasse cada vez mais o sistema imperial levou os ocidentais a formarem especialistas que pudessem justificar os atos a partir da produção de conhecimento que os legitimasse. Esses pensadores não só articulavam e produziam conhecimentos em prol do desenvolvimento da ciência, porém muitos deles também estavam ligados ou exerciam funções políticas muito importantes nos seus países. Assim afirma Silva (2012, p. 15) que:

[...] o avanço imperial da Europa sobre a África, vista cada vez mais como uma importantíssima fonte de matérias-primas essenciais para a indústria europeia e, enganosamente, como um grande mercado consumidor para os produtos desta, aumentou o interesse pelo continente e o número de europeus que passaram a nele viver. Muitos desses – administradores, militares, comerciantes, médicos, missionários, senhoras que acompanhavam os maridos e os ajudavam em suas labutas – quiseram também transmitir por escrito o que tinham testemunhado e ouvido, como haviam feito no passado homens de ciência e de ação.

Será que hoje a realidade mudou? Ora, atualmente as coisas não são diferentes de antigamente, quando ainda temos as multinacionais, as grandes empresas europeias e americanas que se instalaram no continente africano e se transformaram nos antigos administradores, viajantes, cientistas, etc. em busca de uma neocolonização econômica e política, que não deixa de estar distante de uma nova narrativa sobre África e os africanos. A necessidade de se apossar das narrativas cresceu, uma vez que os meios tecnológicos também. Portanto, a necessidade de se construir uma história africana se tornou um negócio bilionário, tanto para alguns líderes africanos em conexão com o ocidente como também para os próprios ocidentais. Este processo é bilateral, tanto como no período colonial. A intervenção política e cultural cada vez mais foi se estreitando. Se antes tínhamos apenas escritores e cientistas, hoje, temos a sétima arte que tem projetado cada vez mais filmes que constroem o continente de forma visceral:

[...] O poder de narrar, ou de impedir que se formem e surjam outras narrativas, é muito importante para a cultura e o imperialismo<sup>5</sup>, e constitui uma das principais conexões entre

---

<sup>5</sup> Império é uma relação, formal ou informal, em que um Estado controla a soberania política efetiva de outra sociedade

ambos. Mais importante, as grandiosas narrativas de emancipação e esclarecimentos mobilizaram povos do mundo colonial para que erguessem e acabassem com a sujeição imperial. (SAID, 2011, p. 11).

Ainda sobre as narrativas produzidas para manutenção da máquina imperial, destacamos as teses apresentadas pelos grandes filósofos que desenvolveram brilhantes pesquisas e desempenharam papéis importantes na construção da opinião pública e que, concomitantemente, foram infelizes ao abordarem que a África não contribuiu para a história universal. Entre eles, destacamos Voltaire, Hume, Kant, Jefferson e Hegel, que retiraram da África o direito da sua contribuição ou participação como um ‘agente’ do mundo. Hegel, dentre eles, foi o mais contundente.

De acordo com Cruz (2014 *apud* SERRANO; WALDEMAN, 2008, p.23), para aqueles, “[...] o continente estava presente no espaço e no tempo físico do planeta, mas não no seu mapa e na sua cronologia civilizacional.” Doutro lado, destacam que esses pensadores alimentavam uma ideia que não fazia parte da sua “razão enquanto pensador”, porém, de outro, houve a necessidade de reforçar o discurso imperial.

Esses ideias marcaram gerações, uma vez que faziam parte dos Best-sellers e, não só, constituíram referências acadêmicas, tornando-se argumentos muito respeitados e facilmente aceitos em função de seu status. Said (2011) aponta também que foi no final do século XIX que o império já não era apenas uma presença nebulosa, nem se encarnava na figura indesejada do criminoso fugitivo, mas passa a ser uma área central de interesse nas obras de autores como Conrad. Para ele,

[...] tudo que Conrad consegue ver é um mundo totalmente dominado pelo ocidente atlântico, onde toda oposição ao Ocidente apenas confirma o poder iníquo do Ocidente. O que Conrad não consegue ver é uma alternativa a essa cruel tautologia. Ele não podia entender que Índia, África e América do Sul também possuíam vidas e culturas com identidades não totalmente controladas pelos reformadores e imperialistas gringos deste mundo, nem se permite acreditar que nem todos os movimentos anti-imperialistas de independência eram corruptos e marionetes a soldo dos senhores de Londres ou Washington. (SAID, 2011, p. 18-19).

Said (2011) continua sua crítica ao romance de Conrad, que encarnaria a mesma arrogância paternalista do imperialismo que é objeto de seu escárnio em personagens como Gould e Holroyd:

Conrad parece dizer: “Nós, ocidentais, decidiremos quem é um bom ou um mau nativo, porque todos os nativos possuem existência suficiente em virtude de nosso reconhecimento. Nós os criamos, nós os ensinamos a falar e a pensar, e quando se revoltam eles simplesmente confirmam nossas ideias a respeito deles, como crianças tolas, enganadas por alguns de seus senhores ocidentais”. (SAID, 2011, p. 19).

Ora, os grandes impérios sempre se viram como pai e mãe dos países colonizados. É visível nas narrativas a forma como os representantes ou a elite cultural produziam a incapacidade dos subalternos nas suas artes. Na verdade, trataram sempre de reforçar, legitimar e autorreconhecer um discurso produzido por eles, porque não se ensina falar quem já possui a sua língua, não se ensina a pensar quem por natureza é ser pensante. Ora, o que o ocidente ensinou foi desconstruir uma história consolidada que ambos os grupos poderiam construir e contar juntos após as relações bilaterais. Essas

---

política. Ele pode ser alcançado pela força, pela colaboração política, por dependência econômica, social ou cultural. O imperialismo é simplesmente o processo ou a política de estabelecer ou manter um império. (SAID, 2011, p. 42).

narrativas se fazem presentes às estruturas mundiais, mas de forma desestruturada que, por sua vez, tem abalado muitos africanos e seus descendentes:

Se essa história parece um conto de fadas, não é porque não tenha acontecido, e sim porque nos familiarizamos demais com a África criada pelo ‘*Coração das trevas*’<sup>6</sup>, por sua longa linha de antecessores que remonta ao século XVI e seus sucessores de hoje na mídia impressa e eletrônica. Essa tradição inventou uma África onde nada de bom acontece ou jamais aconteceu. Uma África que ainda não foi descoberta e está à espera do primeiro visitante europeu para explorá-la, explicá-la e consertá-la – ou, mais provavelmente, morrer tentando. (ACHEBE, 2012, p. 89).

Não vamos falar que estas histórias foram passivas e que não teriam impacto futuramente nas sociedades projetadas. Nenhuma história é neutra, ou seja, toda história parte sempre de uma ideologia, na qual o historiador está envolvido ou inserido social e culturalmente inserido. O historiador é um produto de uma sociedade. Ele pensa aquilo que usufrui enquanto um ser sociável. Os espaços sociais com os quais está relacionado contribuirão na sua reprodução simbólica. O sujeito social é nada mais do que os espaços de socialização do qual ele faz parte. Como afirma Said (2011, p.18) “Conrad transmitiu suas tendências imperialistas residuais, embora seus herdeiros dificilmente tenham alguma desculpa que justifique o viés muitas vezes sutil e irrefletido de suas obras.” Sendo assim, podemos notar que não se deve analisar o pensamento de um autor ou de sua obra distante ou isolada do seu contexto político e social, uma vez que os trâmites de construção acabam influenciando o cerne de sua produção filosófica ou científica.

[...] Não creio que os escritores sejam mecanicamente determinados pela ideologia, pela classe ou pela história econômica, mas acho que estão profundamente ligados à história de suas sociedades, moldando e moldados por essa história e suas experiências sociais em diferentes graus. A cultura e suas formas estéticas derivam da experiência histórica. (SAID, 2011, p. 24).

Ora, o que Conrad produziu não é nada mais do que os espaços sociais e políticos nos quais estava inserido, ou seja, os espaços de socialização. Como afirma a autora Mary Douglas, no livro intitulado ‘*Como as Instituições pensam*’, citando Jonh Rawls, “[...] a sociedade constitui um todo orgânico, uma vida própria, distante e superior à vida de todos seus membros em suas relações mútuas [...]” (RAWLS, 1971, p. 264 apud DOUGLAS, 2007, p. 29). Para a autora, a socialização é o modo pela qual se afirma, com frequência, que a ordem social é mantida, ou seja, nós só produzimos aquilo que consumimos. Neste viés, é imprescindível que olhemos o homem como um ser sociável, susceptível a relações e que essa simbiose com os outros seres pode ou não influenciar na sua produção intelectual.

Todavia, outro marcador importante que chama muita atenção na construção imagética de África é a questão da diferença racial. Esse marcador até os dias de hoje perdura conflitos internos com o próprio negro africano e os seus descendentes quanto a sua originalidade, advindo do processo da construção do outro. Durante o processo das relações diplomáticas com o continente africano que marcou cem anos, os ocidentais buscaram se diferenciar dos povos africanos, através de categorias tanto biológicas, físicas como psicológicas. Foi preciso criar defeitos para a legitimação da exploração da alteridade, como consequência, temos a raça como um dos fatores coloniais mais utilizados para justificar a expansão imperial e a mão-de-

---

6 *Coração das trevas*: Título de um dos livros de Joseph Conrad (1857-1924).

obra capitalista. Appiah (1997, p. 32) analisa a questão da raça a partir de dois conceitos, como “racialismo” e ‘racismo’. Racialismo, para ele, é nada mais do que as características hereditárias, possuídas por membros do mesmo grupo, que buscam agregar-se num pequeno conjunto de raças, de tal modo que todos os membros compartilham entre si certos traços característicos. Racionalismo teve o seu ápice no século XIX, quando os grandes pensadores buscavam desenvolver uma ciência da diferença racial.

Conjunto de condutas, de reflexos adquiridos, exercidos desde a primeira infância, valorizado pela educação, o racismo colonial está tão espontaneamente incorporado aos gestos, às palavras, mesmo as mais banais, que parece constituir uma das sólidas estruturas da personalidade colonialista. (MEMMI, 1977, p. 68- 69).

Appiah (1997) afirma também que, na verdade, é uma virtude que essas visões costumeiramente se enquadram nesse padrão que chamamos de “racismo”, em que o sufixo “-ismo” indica que o que temos em mente não é apenas uma teoria, mas uma ideologia<sup>7</sup>. Essas ideologias, por sua vez, foram construídas cada vez mais como ferramenta de colonização; os colonizadores criaram séquitos e os especializaram em diversas áreas do saber para alimentar o quadro administrativo do império.

Como destaca a escritora Patrícia Villen, na obra intitulada “*Amílcar Cabral e a Crítica ao colonialismo*”, na qual ela destaca sobre os diferentes tipos de colônia. Segundo Villen (2013, p. 47), “[...] é na clássica diferenciação entre os modelos de colônia de exploração e colônia de povoação<sup>8</sup> que Caio Prado Junior procura a chave de compreensão do sistema de colonização moderno.” A segregação não foi um ato de separação simplesmente, porém um modelo de diferenciação entre os colonizadores e os colonizados, que acabou por influenciar muito a ideia de raça. Era necessário para melhor justificar e se legitimar dos atos esquizofrênicos do sistema.

As concepções imperialistas, para Villen (2013), surgiram com mais força e explicitamente nos ensaios e nas obras de autores que buscavam reforçar a ideologia do império e revelam como o preconceito racial não é apenas um traço exclusivo das práticas coloniais, mas congênito à própria política oficial do governo português da época: “A constante referência à inferioridade da civilização africana, à incapacidade de autogoverno, é o principal argumento de justificação do regime administrativo unitário adotado pelo sistema colonial português dessa época.” (VILLEN, 2013, p. 56).

---

7 Entre os conceitos mais polêmicos e geradores de mal-entendidos nas ciências da cultura e da comunicação ao longo dos últimos séculos, sem dúvida, está o de ideologia. O emprego costumeiro do termo é com sentido de sistema de ideias, mas o cunho ambíguo de seu uso, às vezes positivo, noutras pejorativo, sinaliza, porém, seu estatuto problemático. Destutt Tracy parece ter sido o criador do termo, entendendo-o como estudo das ideias, partindo da premissa de que essas têm vida própria, época da Revolução Francesa. Marx inaugurou sua crítica, explorando a hipótese de que não são as ideias o motor da história: essas seriam, antes, uma mediação da práxis humana em condições históricas determinadas. Segundo o pensador, o conceito de ideologia só tem sentido se lido criticamente, como a crença absoluta no poder das ideias e, assim, como falsa consciência de nosso ser no mundo. (MARCONDES FILHO, 2009, p. 175).

8 Caio Prado Junior chama atenção – quanto ao contexto europeu no século XVI- para as especificidades das transformações socioeconômicas e das lutas político-religiosas como sendo as principais causas desse movimento de emigração em massa dos europeus para a América. Na Inglaterra, epicentro dessas mudanças, a transformação da manufatura e a emergência da Revolução Industrial- fato que acompanha a expropriação dos campos para produção exclusiva de lã ao fortalecimento da indústria têxtil- provoca o deslocamento em massa da população camponesa, portanto também um excesso demográfico nas cidades. (VILLEN, 2013, p. 47).

Esses argumentos até hoje martelam a mente dos negros, principalmente o negro africano que esteve perto dos ocidentais quase cinco séculos de guerra na sua própria terra. O que queremos reforçar aqui é como as diversas narrativas acabaram contribuindo para a construção da imagem atual do continente africano e dos negros no mundo. Para quem ouviu do seu patrão durante séculos que era uma pessoa sem civilização, é normal que ele se sinta incorporado nos estigmas construídos pelo seu chefe e se comporte de igual forma.

O atraso cultural da raça negra servia também como fundamento privilegiado da defesa da necessidade de uma legislação especial destinada às populações nativas das colônias portuguesas africanas. São muitos os estereótipos fisiológicos e culturais citados pela autora no livro de Marnoco e Sousa em busca de uma exposição sobre a raça exclusiva. Ela afirma que o autor aborda a questão do regime jurídico das populações indígenas. Sua argumentação visa demonstrar quão inadequada e desvantajosa seria a aplicação das ideias igualitárias iluministas à legislação colonial portuguesa daquele período. Notemos mais uma vez que a construção dos marcadores nunca esteve separada das relações econômicas, políticas e culturais.

Se Crummel abrisse a enciclopédia no artigo sobre a Humanidade, teria lido que “les Nègres sont grands, gros, bien faits, mais niais e sans génie”. (Não tenho certeza de poder captar numa tradução o tom original de condescendência dessa frase, mas aqui vai: “os negros são grandes, gordos e bem-feitos, mas ingênuos e sem criatividade intelectual.”) Temos de fazer um esforço para recordar que essa é a mesma *Encyclopédie*, o mesmo *Dictionnaire Raison-née des Sciences*, que condenou a escravidão africana como “repugnante à razão”, e que afirmou que reconhecer a condição do escravo na Europa seria “decidir, nas palavras de Cícero, as leis da humanidade pela lei civil da sarjeta.” O preconceito racial que o século XIX adquiriu e desenvolveu a partir do Iluminismo não decorreu simplesmente de um sentimento negativo em relação aos africanos. E a incapacidade de Crummel e Blyden de enxergar qualquer virtude em nossas culturas e tradições não tornou menos autêntico seu desejo de ajudar os africanos. (APPIAH, 1997, p. 45).

O racismo construído pela estratificação e a construção de imagens dos subalternos vão caracterizar o negro e o indígena como indivíduos incapazes de autogovernança. Essas marcas podem ser vistas ainda hoje, em muitas instituições sociais. O racismo, segundo Albert Memmi (1977), revela três elementos importantes na atitude racista. O racismo se apresenta nas diferenças entre o colonizador e o colonizado, na valorização dessas diferenças, em proveito do colonizador e em detrimento do colonizado e, por último, por levar essas diferenças ao absoluto, afirmando que são definitivas e agindo a fim de que se tornem tais. Em decorrência desses olhares, podemos perceber que o racismo é um produto do imperialismo, ou seja, da expansão econômica alimentada pelo Iluminismo. Esses marcadores até os dias de hoje deixaram legados que, explícita ou implicitamente, são reproduzidos por várias instituições sociais.

### 3 AS ÁFRICAS NO BRASIL

Primeiramente, gostaria de justificar o porquê do termo “Áfricas” o plural e não África no singular. Há muito tempo que o continente africano é destacado como um Estado-Nação. Negamos a visão muitas vezes apresentada do continente africano como país. Ela é na verdade um continente com várias nações, o que pela lógica seria *África das diversas Nações*. Quando tratamos desta maneira, tornamos o continente como algo homogêneo no que toca a sua diversidade política, econômica, cultural e social:

Não é raro ouvir nos meios informativos referências e que o artista tal estava fazendo um *tour* que incluía Londres, Paris, Berlim e... África: o continente reduzido a uma cidade, nem mesmo um país. Às vezes, porém, um acontecimento, ocorrido num único país, é extrapolado para todo o continente. É o que ocorreu em relação à “Copa da África”, e não da África do Sul, país que sediou o evento. O mesmo se passa com guerras, secas, fomes ou epidemias. Nesta lógica, o termo África passa a referenciar um lugar qualquer homogêneo. Essa homogeneização, que reduz todo o continente e suas múltiplas culturas a uma unidade inexistente na vida real, causa uma forte distorção no nosso olhar e é desumanizadora em relação aos africanos. (ZAMPARONI, 2011, p. 21).

Mas, o assunto aqui não é homogeneidade africana ou a diversidade africana. A temática a ser tratada agora é sobre a existência das Áfricas no Brasil. Negar que não existem Áfricas no Brasil é negar uma parte da história desse país. O continente africano e o Brasil partilham a mesma história desde a chegada dos portugueses na África, no século XV, e no Brasil, no século XVI, com a chegada do navegador Pedro Álvares Cabral. Assim também afirma Zamparoni (2011, p. 20) que:

[...] nos dias de hoje não causa estranheza afirmar que o Brasil e os brasileiros são herdeiros culturais não só da Europa, mas também da África e da Ásia, e que a construção da nossa identidade nacional passa pelo conhecimento da história e das culturas desses continentes.

Na realidade não é bem assim que tem acontecido. A história da Europa no Brasil tem sido e sempre foi a mais destacada nas escolas com relação à história dos continentes africano e asiático. É muito normal ouvir nas escolas sobre os mitos gregos, império romano, revolução francesa, feudalismo, César, Napoleão, Stalin, Hitler, do que ouvir Cidades Yorubas, reino do Congo, Mali, Bacongo, Haussas, rainha Nzinga, Tchaca, Amilcar Cabral, Julius Nierere, Lumumba e Kwame Khruma. África, no Brasil, se resume a Mandela e África do sul, devido à Copa do Mundo e à repercussão política de Mandela na luta de libertação de seu país.

A verdade é que o pouco que sabemos sobre a África e os africanos está carregado de estereótipos e preconceitos. A imagem deles que predomina entre nós é a de uma terra exótica, selvagem, como selvagem são os animais e pessoas que nele habitam: pobres, miseráveis, que se destroem em sucessivas guerras fratricidas, seres irracionais em meio aos quais assolam doenças devastadoras. (ZAMPARONI, 2011, p. 20).

Só para exemplificar que essas imagens não estão distantes da construção histórica e imagética contada pelos outros, como precedentes, temos a continuidade das histórias a partir de outros dispositivos de comunicação e tecnologias da informação. Se antes, do século XVIII ao XIX, a produção acadêmica e a imprensa estavam no seu ápice, nos séculos XX e XXI, temos os novos meios de comunicação e as heranças do processo de colonização que, por sua vez, dão continuidade ao processo anterior. Como podemos observar no Brasil, em pleno século XXI, devido ao processo colonial dos países africanos, ainda temos costumes presentes nos bairros, escolas, empresas e outras instituições, como a visão estereotipada dos negros africanos e brasileiros, advindas ou relacionadas com o passado. Segundo Zamparoni (2011, p. 22), “[...] o momento mais crítico nesse período de desumanização se deu no século XIX, com a hegemonia da noção de raça, que então passou a ser difundida como parâmetro definidor e classificador da humanidade [...]”:

Havia um projeto dos políticos e dos homens bem pensantes do país que sonhavam com o branqueamento da população, com a diminuição da presença negra, vista como fator que influenciava o alcance dos estágios mais avançados do desenvolvimento, conforme os padrões

ocidentais. Se antes os negros eram marginalizados e perseguidos pelo estigma da escravidão e da suspeita que sobre eles pairava, agora alguns motivos da marginalização se ligavam aos obstáculos que suas tradições de origem africana significariam para evolução da sociedade. Conforme essa maneira de ver as coisas, para o Brasil atingir o mesmo nível das nações mais desenvolvidas deveria eliminar seu lado africano e negro. (SOUZA, 2007, p. 122).

Entretanto, de acordo com Zamparoni (2011), podemos ver que no cotidiano as características da raça não se aplicavam aos indivíduos de maneira uniformizada, o comportamento desviante de uma pessoa branca era normalmente entendido como um problema individual, e o de um negro como uma característica inata de toda raça.

Estudos mostram que no Brasil, para Zamparoni (2011), desde meados do século XIX, os grandes cientistas, particularmente os médicos, participaram ativamente da discussão e produção de conhecimento relacionado ao racismo científico, cujo centro era a Europa. Mas o ápice da discussão em torno da raça teve mais impacto no Brasil justamente quando estava sendo questionada a legitimidade da escravidão.

Podemos ver a abolição do trabalho escravo no Brasil, em 1888, a instalação nacional da República no ano seguinte exigia repensar a identidade nacional. Segundo Zamparoni (2011, p. 23), “[...] a lógica abolicionista de que a nação era atrasada porque baseava na escravidão ajudou a fortalecer a tese de que os escravos eram naturalmente ‘atrasados’ e por extensão também os negros em geral e da África.”

Podemos notar que a lei abolicionista foi um fracasso para o Brasil. O negro escravizado foi libertado, mas doutro lado não deixou de estar acorrentado, uma vez que a ausência de políticas públicas ainda não se fazia vigente no seu dia a dia. A lei simplesmente garantiu a liberdade do negro, porém não criou políticas de inclusão para eles que sofreram e lutaram na construção do Estado Nação que hoje é o Brasil. Portanto, podemos ver que a imagem do negro no Brasil ainda continua deturpada, isto é, associada as suas heranças históricas projetadas pelos ocidentais. Zamparoni (2011, p. 23) destaca que “[...] essas teses do branqueamento geraram na consciência nacional brasileira uma espécie de amnésia propositada e um afastamento da África.”

A necessidade de esconder das novas gerações o nosso passado escravocrata e a nossa imensa população de origem africana era tão forte por parte das classes dirigentes brasileiras que, nos primeiros livros didáticos de “história pátria” do período republicano, são quase ausentes as referências à escravidão, que durou quase quatro séculos e foi essencial para a existência do Brasil. Assim destaca Souza (2007, p. 121):

Apesar da ligação estreita que o Brasil manteve por séculos com regiões da África, até pouco tempo o desejo predominante era extirpar do Brasil toda lembrança africana. Um dos dramas da jovem nação, querendo se afirmar perante a Europa e a América do Norte, é que nesses lugares a civilização europeia e a raça branca eram consideradas exemplo do mais alto grau do desenvolvimento alcançado pela humanidade. Numa escala que ia de um nível inferior a outro superior, do primitivo ao civilizado, do irracional ao racional, do mágico ao científico, os negros africanos estariam no início desse processo, que levou milênios para chegar onde se encontram os principais países do ocidente, como a Inglaterra, a França e os Estados Unidos.

No âmbito acadêmico, de acordo com Zamparoni (2011), no I Congresso Afrobrasileiro realizado em Recife, em 1934, e na segunda edição em Salvador, em 1937, Gilberto Freyre, Edson Carneiro e Manuel Querino se propuseram a repensar o lugar e a contribuição dos negros na cultura e na iden-

tidade brasileiras, mas a África e os africanos não foram assunto dos congressos: eram tão somente referências. De maneira simplificada, pode ser dito que esse grupo rompeu com as teses de Nina Rodrigues<sup>9</sup> e passou a encantar a comunidade brasileira como positiva.

Para Zamparoni (2011, p. 25), “[...] nos anos 1930, as ideias de Freyre foram bem recebidas no Brasil, mas fortemente repudiadas nos meios colonialistas portugueses, que na altura eram apologistas da pureza racial e inimigos da miscigenação.” Podemos notar que o Brasil republicano nada mais fez se não reproduzir os mesmos sistemas coloniais da antiga metrópole colonizadora:

Não há como esconder, portanto, o fato histórico de que o preconceito de pele e a discriminação racial funcionaram por longos séculos como principal instrumento de legitimação das barreiras raciais sobre as quais se estruturou a sociedade escravagista nas coloniais portuguesas. A separação entre a figura social do colonizador branco- entendida como beneficiária exclusiva de privilégios socioculturais, econômicos e políticos- e a do colonizado- como sinónimo de isolamento econômico e sociocultural- era funcional à estrutura da colônia de exploração. Domínio da raça branca e isolamento dos colonizados “não branco” era, portanto, o modelo social fundador do equilíbrio artificial e injusto das relações raciais no seio da sociedade colonial portuguesa. (VILLEN, 2013, p. 54).

Nesta perspectiva Zamparoni (2011, p. 26) afirma que foi com a independência de alguns países africanos que o Brasil se aproximou mais do continente. Ele realça que, com José Honório Rodrigues, em obra que se seguiu à independência da maioria dos países africanos (1960) e às vésperas do desencadeamento da luta armada de libertação nacional, o Brasil buscava novas referências de aproximação com a África. Sendo assim, é neste período que passou através dos acadêmicos e dos blocos políticos a mencionar com mais frequência o continente:

Essa atitude mudou por volta de 1960, quando a África começou a se livrar do jugo colonial imposto ao acontecimento no final do século XIX, como veremos mais adiante. A partir daí, a história e as manifestações culturais dos povos africanos, às quais até então se dera pouca atenção, se tornaram objeto de interesse. (SOUZA, 2007, p. 126).

A partir desse período, segundo Zamparoni (2011), são criados centros de pesquisas voltados para os estudos africanos, como o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), na Universidade Federal da Bahia; em 1961, o Instituto Brasileiro de Estudos Afroasiático (IBEAA), ligado à Presidência da República, fechado após o golpe militar de 1964; em 1963, o centro de Estudos e Cultura Africana na Universidade de São Paulo, hoje denominado Centro de Estudos Africanos (CEA), e, em 1973, o Centro de Estudos Afro-asiáticos (CEAA) do Rio de Janeiro, uma espécie de herdeiro do IBEAA. Esses centros formaram as duas primeiras gerações, ainda que diminutas, de intelectuais brasileiros interessados em estudar a África.

---

<sup>9</sup> Nina Rodrigues defendeu ideias que hoje podem ser qualificadas como racistas, mas, à época, eram consideradas científicas e avançadas. Ele foi fortemente influenciado pelas ideias do criminólogo italiano Cesare Lombroso. No ano da abolição da escravatura, escreveu: “A igualdade é falsa, a igualdade só existe nas mãos dos juristas”. Em 1894, publicou um ensaio no qual defendeu a tese de que deveriam existir códigos penais diferentes para raças diferentes. Nina Rodrigues foi um dos introdutores da antropologia criminal, da antropometria e da frenologia no país. Em 1899 publicou *Mestiçagem, Degenerescência e Crime*, procurando provar suas teses sobre a degenerescência e as tendências ao crime dos negros e mestiços. Os demais títulos publicados também não deixam dúvidas sobre seus objetivos: “Antropologia patológica: os mestiços”, “Degenerescência física e mental entre os mestiços nas terras quentes”. Para ele, negros e os mestiços se constituíam na causa da inferioridade do Brasil.

Hoje vivemos em outra conjuntura institucional. Depois de pressões vindas de vários segmentos sociais, dos meios universitários, mas, sobretudo, e setores do movimento negro organizado, foi editada em 2003 a Lei 10.639<sup>10</sup>, que tornou obrigatório o ensino de História da África e a cultura afrobrasileira nas escolas brasileiras. Ora, essa lei, por sua vez, vem desconstruir a imagem do continente africano dos períodos anteriores, porém o grande problema está na formação dos profissionais nas áreas. Enquanto a África e os africanos permanecerem desconhecidos dos brasileiros, tanto a direita, quanto a esquerda um tanto racistas, travestidos de liberais, quanto os que labutam arduamente para a extinção do racismo, vão continuar prisioneiros de uma visão da África que foi criada para dominar e desumanizar.

Kwame Khroma, líder político ganês dizia sempre nas conferências que “não é preciso nascer em África para ser africano, porém, é preciso que a África nasça em você.” Isto deve ser pensado em toda esfera do saber. Para nós, o que nos interessa é a área de comunicação. Não é possível construir a realidade africana sem que o profissional de comunicação conheça as realidades históricas, política, econômica e social daquele lugar.

De fato, acerca da realidade local é necessário que se fale, se estude e se compreenda dentro das instituições, uma vez que são os discursos institucionais os responsáveis pela ordem social. As pessoas não vão conhecer a África se as produções institucionais se limitarem de falar. Enquanto permanecermos com a Lei Nº 10.639/3 nas gavetas das instituições, a África continuará sendo vista com a mesma lente. Não nos referimos simplesmente ao sistema educacional, mas é dela que teremos a base. É necessário que outras instituições também trabalhem arduamente na desconstrução dos estereótipos preconcebidos sobre o continente.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a construção imagética de África teve impacto na construção identitária do continente, dos africanos e dos seus descendentes. Imagens essas que até os dias de hoje são apresentadas de forma, consciente ou inconsciente, elas pessoas, na rádio, na televisão e nas redes sociais. Portanto, através de um recuo no tempo, o trabalho em proa apresenta uma perspectiva histórica e social dessa construção imagética. Entendendo, assim, que o processo de constituição imagética de África se deu a partir da relação de força com outros grupos. Através da relação com o outro diferente emanou o discurso estereotipado da África selvagem, de constante guerra, miséria e sofrimento. Isso se dá ainda mais forte na diáspora, onde os filhos desterrados do continente se encontram. O encontro com uma história distorcida e imagem negativa projetada constantemente tornou o sujeito negro cada vez mais marginalizado na sociedade em que estão inseridos. A construção de uma nova história sobre a África é, portanto, de extrema importância que se conta como forma de pagar uma dívida com os africanos e os seus descendentes que, há séculos, sofrem e têm sofrido sobre essa imagem construída no passado.

---

10 A lei Nº 10.639/03 estabelece no ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, que se torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afrobrasileira. O conteúdo programático que se refere ao estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil. Os conteúdos referentes à História e Cultura Afrobrasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

## **Imaginary Construction of Africa: narratives about Africa from the western perspective**

### **ABSTRACT**

This paper aims to present several narratives about the African continent from the perspective of Westerners with regards to the imaginary question of the continent. Thus, we seek to understand, through the same narratives projected between the periods from the XVth century to the XXth century, the way these images had impact in the past or have it nowadays. The approaches or narratives constructed in the past related to Africa and the African diaspora in a stereotyped way demarcated and marginalized the continent, as a space of war, hunger, misery and extreme suffering. Therefore, we realize that these narratives were not constructed isolatedly, but through a relationship of force between the African continent and others.

**Keywords:** Africa; Imaginary Construction; The West.

## REFERÊNCIAS

- ACHEBE, Chinua. **A educação de uma criança sob o protetorado Britânico**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- APPIAH, Anthony. **Na casa de meu pai: África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- CRUZ, Domingos. **África e Direitos Humanos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.
- DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- FILHO, Ciro. **Dicionário de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2009.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidade e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia de Letras, 2011.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. **Epistemologia do Sul**. Coimbra: Edição Almedina, 2009.
- SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. **Memória d'África: a temática africana em sala de aula**. São Paulo: Cortez, 2008.
- SILVA, Alberto da Costa. **Imagens da África**. São Paulo: Penguin, 2012.
- SOUZA, Marina. **África e Brasil africano**. São Paulo: Ática, 2007.
- VILLEN, Patrícia. **A crítica de Amílcar Cabral ao colonialismo: entre a harmonia e a contradição**. São Paulo: Expressão popular, 2013.
- ZAMPARONI, Valdemir. Imagens da África no Brasil. In: BOTELHO, Andre; SCHWARCZ, Lillian. (Org.). **Agenda Brasileira, temas de uma sociedade em mudança**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

## **BIOGRAFIA**

### **Osmilde Augusto Miranda**

Mestrando em Ciências Sociais na Universidade Federal do Maranhão e graduado em comunicação social-habilitação Jornalismo pela UFMA. E-mail: [osmildemiranda@gmail.com](mailto:osmildemiranda@gmail.com)

### **Flávia de Almeida Moura**

Jornalista, mestre em Ciências Sociais e Doutora em Comunicação. Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão, pesquisadora da temática Comunicação, Direitos Humanos e Trabalho e membro do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporânea da Universidade do Rio de Janeiro (GPTEC-UFRJ). E-mail: [flaviaalmeidamoura29@gmail.com](mailto:flaviaalmeidamoura29@gmail.com)